

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



COMUNICAÇÃO PÚBLICA SOB VÍES NEOLIBERAL: perda de institucionalidade, personificação e projeto privatista da EBC nos tempos do regime bolsonarista

Julia Ribeiro Bezerra¹
Miguel Rodrigues Netto²

RESUMO

Esta comunicação oral tem por objetivo principal mostrar como o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro se relacionou com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, autarquia federal criada dez anos antes no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Como corpus da pesquisa selecionamos matérias jornalísticas sob as quais aplicamos um método de análise baseado em análise comparativa, trazendo aspectos relevantes de Bolsonaro e de Lula, atual presidente. Lançamos mão também das teorias do jornalismo, sobretudo a teoria do agendamento, que nos ajudou a explicar os usos de mídia feitos pelo governo. Como resultado alcançado temos a identificação do projeto neoliberal bolsonarista de desmonte do serviço público, em contraponto ao projeto de fortalecimento estatal de Lula, que tão logo se tornara presidente retirou a EBC do rol de empresas constantes do Programa Nacional de Desestatização – PND.

Palavras-chave: Institucionalidade. Personificação. Privatização.

ABSTRACT

The main objective of this oral communication is to show how the government of former President Jair Bolsonaro related to Empresa Brasil de Comunicação – EBC, a federal agency created ten years earlier during the government of Luiz Inácio Lula da Silva. As a research corpus, we selected journalistic articles under which we applied an analysis method based on comparative analysis, bringing relevant aspects of Bolsonaro and Lula, the current president. We also made use of theories of journalism, especially agenda-setting theory, which helped us to explain government uses of media. As a result achieved, we have the identification of the Bolsonaroist neoliberal project of dismantling the public service, in contrast to Lula's state strengthening project, which, as soon as he became president, removed the EBC from the list of companies included in the National Privatization Program - PND.

Keywords: Institutionality. Personification. Privatization.

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Bacharelada em Jornalismo; julia.ribeiro@unemat.br

² Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); miguel.rodrigues@unemat.br

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar, compreender e comparar as diferenças na direção da Empresa Brasil de Comunicação – EBC do Governo Lula (2023-) e Governo Bolsonaro (2019-2022), através da aplicabilidade das políticas públicas de comunicação. Neste caminho iremos tratar também sobre o mercado e o controle da mídia brasileira.

Utilizando a pesquisa exploratória por meio de pesquisa documental interpretamos tipologias jornalísticas em que o tema é a EBC e a questão da sua desestatização nos dois mandatos presidenciais citados, além de notícias sobre o controle da mídia.

Para abarcar o tema de políticas de comunicação usamos pesquisas acadêmicas acerca do assunto e também a legislação brasileira, como a Lei Federal nº 11.652 de 07 de abril de 2008, lei de criação da EBC e a Carta Magna de 1988.

O *corpus* do artigo acadêmico é composto pelas seguintes matérias: “Guedes diz que governos têm 'fetiche' por estatais e volta a defender privatizações.”, “Lula diz que, se eleito, não vai 'abdicar do patrimônio público' e desaconselha compra de estatais.” ambas publicadas pelo portal G1 da Globo em dezembro de 2021 e março de 2022 respectivamente; “Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório.” publicada em 2017 pela revista Carta Capital e “Presidente transforma a EBC na ‘TV do Bolsonaro’, com audiência zero” pela revista Veja em janeiro de 2022.

Sabemos que um governo de matriz neoliberal como o de Jair Bolsonaro aposta em primeira instância na desregulamentação do setor público, pois é a partir deste processo que o setor privado assume funções públicas e se coloca como protagonista social. E tal perspectiva não é nova e se faz presente no Brasil desde os idos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso cujos governos estiveram alinhados aos postulados do Consenso de *Washington*. Segundo (CORSI, 1999,

PROMOÇÃO



APOIO



p.16) a “redução da presença do Estado na economia, centrada em um vasto programa de privatização de empresas estatais” é um dos pilares do neoliberalismo.

Para (NETTO, 2019, p.137) “na perspectiva neoliberal o Estado preocupa-se principalmente em manter a hegemonia que um grupo dominante exerce em toda a sociedade”. E essa hegemonia inclui o controle de estruturas como o governo, o sistema jurídico, a polícia e também os meios de comunicação de massa.

Assim, buscamos exprimir como as políticas públicas de comunicação têm efeito no sistema comunicacional brasileiro e como a regulamentação ou a falta dela, pode influenciar no trato de uma empresa pública de comunicação por um Governo.

2 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

As políticas de comunicação começaram a ser discutidas em uma época que muitos países aqui na América Latina estavam em regime ditatorial, e o Brasil era um deles. Elas podem ser entendidas como uma “ação realizada em conjunto por um grupo social, ou um governo, tendo em vista alcançar determinado objetivo no campo da comunicação” (GOMES, 1997 apud LIEDTKE, 2003, p. 41).

Em 1977, enquanto o nosso país era regido pelo general Ernesto Geisel, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reunia a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação e discutia os problemas de comunicação na sociedade moderna (PIERANTI & MARTINS, 2008).

Mais tarde, essa discussão gerou o famoso Relatório *MacBride*, (ele leva esse nome devido ao presidente da comissão Sean MacBride que ganhou o Nobel da Paz em 1974), o documento também é conhecido no Brasil como “Um Mundo e Muitas Vozes” e levanta questões que ainda são atuais.

Dentre elas, está a falta de democracia na comunicação, devido ao fluxo unidirecional de informação (norte-sul) que resulta na verticalização da informação. É atestada, também no Relatório, a necessidade de mudança de tal conjuntura para a promoção dos demais direitos humanos. (ALCURI, et al, 2012, p.143)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No século XX, os pesquisadores criticaram o modo de transmissão da informação, que seguia somente um fluxo indo somente para uma direção, assim a informação saía de “alguns” com conteúdos controlados, criados ou distorcidos e chegava para “todos”, impondo uma ideologia. Nesse período a comunicação era do centro (veículos de comunicação) para periferia (pessoas em geral), sem muitas possibilidades de interação e influência no conteúdo.

Acontecia antes e continua acontecendo hoje. Isso ocasiona em uma informação verticalizada, que significa uma empresa produzir tudo que ela puder para ser usado no seu produto final, como os conglomerados de mídia centralizados.

Assim, se isso for mudado pode gerar uma descentralização e ainda democratização da informação. Quebrando a uniformidade cultural, onde se apaga e sufoca os meios de comunicação alternativa, por exemplo, que não oferece chance de apresentar algo diferente do que já é mostrado.

Contudo, a formulação de políticas de comunicação no Brasil tem um problema, que é justamente o desenhado pela UNESCO em 1983, unir o desenvolvimento do setor de comunicação com os planos de desenvolvimento do país. Para entender melhor o papel do Estado nas políticas de comunicação, vamos diferenciá-las entre estatais, públicas e privadas.

De acordo com Liedtke (2003) nas políticas estatais, o governo cria as regras de como o Estado e a Sociedade devem agir, para normalizar a comunicação social, entretanto, principalmente nos países latino-americanos, o Estado é um sujeito ativo no sistema de comunicação e tem propriedade dos meios, criando um monopólio das telecomunicações. Já nas políticas públicas o Estado se faz presente regulamentando o básico e deixa o acesso, controle e uso à sociedade civil, porém no Brasil essa situação é faltosa, pois os meios de comunicação em sua maioria são controlados pela iniciativa privada.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ainda seguindo a mesma linha de pensamento de Liedtke (2003) políticas privadas é a exploração dos meios de comunicação focando na privatização e exoneração do Estado do sistema, impedindo a participação da população.

Uma das grandes sacadas da elite brasileira para justificar as privatizações como a que ocorreu com todo o sistema Telebrás foi a ideia de que nem tudo que é público precisa ser estatal, assim “O espaço público é mais amplo do que o estatal, [...] É público o espaço que é de todos e para todos. É estatal uma forma específica de espaço ou de propriedade pública” (BRASIL, 1997, p.27).

Podemos entender que a ditadura iniciada em 1964, foi um ponto de partida para as políticas de comunicação, pois mudou a forma e utilização da comunicação e além de alterar infraestruturas, alterou estruturas da legislação. No regime militar, os investimentos por parte do Estado no sistema de comunicação tinham o intuito de integração, desenvolvimento e garantia da segurança nacional, e já vinham acontecendo desde 1920 com a especialização de militares em telecomunicações (PIERANTI & MARTINS, 2008). Lembremos da estratégia adotada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, a criação do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em 1970, sob justificativa de combater a esquerda, assim, uma política estatal, que na verdade serviu de sangrento instrumento de tortura e perseguição de viés político.

Entretanto, na criação de políticas de comunicação nacional precisa ser levado em consideração também a garantia de direitos no exercício das mesmas, “deve assegurar o pluralismo e as condições para que a sociedade tenha à disposição fontes de informação e de ideias diversas e para que possa escolher livremente entre elas” (UNESCO apud PIERANTI & MARTINS, 2008). Ou seja, o cidadão tem o direito da maior quantidade de fontes de informação para através do pensamento crítico e julgamento individual, sobre os dados e fatos, decidir sua opinião.

Deste modo a formulação de políticas com essa consciência permite que seja desenvolvida uma comunicação mais efetiva, oportunizando uma realidade comunicacional mais democrática.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC)

Antes de entrar no tocante às diferenças no trato da EBC pelos governos Bolsonaro e Lula vamos dialogar sobre a origem da Empresa Brasil de Comunicação.

Criada pelo Presidente Lula em 2007 através do Decreto nº 6.246 a Empresa Brasil de Comunicação ficou vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Mais tarde, em 2008, a criação da EBC foi convertida na Lei nº 11.652, que dispõe sobre os princípios e objetivos da prestação de serviço de radiodifusão pública.

A EBC é composta pela TV Brasil, Agência Brasil, Radioagência Nacional, Portal EBC - que integra os conteúdos dos veículos na internet - e Rádios EBC (MEC e nacional). Apesar de ser uma empresa pública federal, a EBC presta serviços estatais de cobertura dos três poderes como o noticiário radiofônico A Voz do Brasil.

Sua atual presidência está sob responsabilidade do jornalista Hélio Doyle e de acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal (2023) há 2.005 servidores em exercício.

3.1 Diferenças na administração da EBC nos Governos Bolsonaro e Lula

Desde antes do seu mandato, o ex-presidente Jair Bolsonaro tinha desejo de privatizar estatais, e em 2020 publicou o decreto presidencial nº 10.354 que permitia a desestatização da EBC, ainda colocou a Empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND), que facilita a transferência do controle da empresa para a iniciativa privada.

Entretanto, essa medida de Bolsonaro pode ser considerada inconstitucional, visto que na CF de 1988, o art. 223 diz que o sistema público não estatal deve existir e agir em complementaridade ao sistema estatal e privado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O inciso II da lei de criação da EBC diz que é objetivo da prestação de serviços “desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;” (BRASIL, 2008). Deste modo, a exclusão do sistema público estatal de radiodifusão resulta em uma sociedade mais ignorante, que é exatamente o que Bolsonaro almejava, “o direito à comunicação [...] é elemento fundamental para assegurar outros direitos” (ALCURI, et al, 2012, p.150), destarte, retirar o direito a uma informação é discretamente retirar um uma fatia da dignidade de um cidadão.

Como diz Graça Caldas (apud PIERANTI & MARTINS, 2008, p.51) “A utilização dos meios de comunicação de massa como prática de manipulação de poder tem sido uma constante na sociedade brasileira”, ao contrário, a não utilização deste meio de comunicação - EBC - que seria a manipulação de Bolsonaro, pois ele utilizava a privatização da empresa de comunicação como desculpa de corte de gastos, contudo o ex-presidente estava pensando somente no fortalecimento do mercado. Devemos destacar que os interesses da elite sempre estiveram ligados a quem tem controle e Bolsonaro faz parte da “burguesia” brasileira.

O conflito de interesses públicos e privados na comunicação pode levar a uma imprensa conectada aos objetivos políticos e econômicos de certos grupos privados, “logo incapaz de defender [...] o interesse público, segundo essa lógica, implicaria fechamento de um canal para a manifestação de demandas da sociedade e na ausência de uma instituição eficiente na comunicação entre governos e governados” (PIERANTI & MARTINS, 2008, p.310), ocasionando assim uma desvalorização da comunicação social, tornando-a fraca e menos acessível aos brasileiros.

Já o atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva é totalmente contra a privatização de estatais, tanto que uma das primeiras medidas que recorreu ao tomar posse do cargo em janeiro de 2023 foi a retirada da EBC, entre outras estatais, do Programa Nacional de Desestatização (PND) e do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a decisão foi publicada no Diário Oficial da União em 6 de abril de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Antagônico ao discurso de Jair, Lula quando ainda era pré-candidato às eleições pontuava: "[...] nós não vamos abdicar do patrimônio que foi construído pelo povo brasileiro" (G1, 2022).

Ao denominar a EBC como “patrimônio do povo brasileiro” ele ressignificou seu objetivo, valorando como bem da nossa cultura o trabalho de anos e anos de diversos jornalistas brasileiros. De acordo com o art. 216, inciso IV da Constituição Federal de 1988, pode ser considerado patrimônio cultural brasileiro “obras, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” que possuam “referência à identidade [...], à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Concomitante às nossas críticas, os próprios funcionários da EBC expuseram na 4ª edição do “Dossiê de Censura e Governismo na EBC” (2022) os ataques e constantes desvalorizações que têm sofrido. Em um trecho dizem: “Cada vez que a imprensa privada critica a EBC para desqualificar de todo o seu trabalho, entra em consonância com os discursos do ministro da Economia, Paulo Guedes, que insulta os funcionários públicos.”

No campo das teorias do jornalismo temos a Acumulação como efeito da Teoria do Agendamento que explica isso, ela significa a “capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários que serão transformados posteriormente em notícia e, por consequência, em informação” (HOHFELDT apud RODRIGUES NETTO, 2018, p. 49-50). Assim a mídia joga luz sobre um tema por meio de sua repetição ao passo que esconde outros de igual ou até maior importância.

Não é surpresa ser a imprensa privada quem critica a comunicação pública, visto que tem o apoio de um dos alçozes da EBC, o ex-ministro da Economia, e somente tem a ganhar com a privatização da empresa pública. Guedes chegou a afirmar em evento da Secretaria Especial de Desestatização que estatais são um “fetiche do passado” e que precisam acabar (G1, 2021), fortalecendo ainda mais o discurso de Bolsonaro.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A lógica privatista que perpassou todo o período bolsonarista no poder levou o país a crise política, civil e sanitária. A pandemia da Covid-19 escancarou a incompetência e descalabro levando milhares de vida pela demora na compra da vacina. A educação foi tomada de um viés moralista e as universidades foram tratadas como inimigas da nação. Bancos públicos foram sucateados, programas sociais foram paralisados ou reduzidos e a pobreza voltou a assombrar milhões no país.

4 AUTO PROMOÇÃO E CONTROLE DA MÍDIA ESTATAL

De acordo com Liedtke (2003), o mercado de comunicação do Brasil segue um padrão que cria incentivos à concentração da propriedade e em sua maioria tem proprietários que fazem parte da política e elite brasileira. Isso se dá, pois, a regulamentação da comunicação é saturada e fere itens da Comunicação Social na Constituição Federal de 1988.

No relatório desenvolvido em 2017 pelo Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM), a ONG brasileira Intervezes e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), mais da metade dos 50 veículos com maior audiência no Brasil é controlado por apenas cinco famílias.

O maior é o Grupo Globo, da família Marinho, que detém nove desses 50 maiores veículos [...] Na sequência, aparecem a família Saad, dona do grupo Bandeirantes, e a família de Edir Macedo, da Record, com cinco veículos cada um, seguidas pela família Sirotsky, da RBS, com quatro veículos na lista, e a família Frias, com três veículos. (Carta Capital, 2017, Online).

Como é um pequeno número de empresas comandando grande parcela do mercado, está configurado um oligopólio, indo contra o parágrafo 5º do art. 220 da CF, que diz: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988).

O Dossiê “Censura e Governismo na EBC” produzido pela Comissão de Empregados da EBC, a Ouvidoria Cidadã da EBC, o Sindicatos dos Jornalistas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro e Sindicatos dos Radialistas dos mesmos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estados no ano de 2022 denunciam 63 casos de censura na Empresa Brasil de Comunicação. Sendo 26 na Rede TV Brasil, 20 na Agência Brasil de notícias, 11 no radiojornalismo da EBC e 6 nas mídias sociais da empresa pública, violando o parágrafo 2º do art. 220 da CF, “É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” (BRASIL, 1988).

A regulação da comunicação brasileira denuncia que também está ultrapassada pois não prevê a questão da propriedade cruzada na mídia, deixando livre o controle de múltiplos segmentos pelos líderes do mercado, ou seja, donos do oligopólio (Carta Capital, 2017). Utilizando a maior rede como exemplo, observamos que a família Marinho possui canais de televisão aberto, fechado, rádios (Globo e CBN), portal de comunicação na internet, na área dos impressos possui os jornais O Globo, Extra, Valor Econômico e a revista Época, lembrando que estas também circulam e lucram digitalmente. Possui ainda editora e gravadora o que permite ampla circulação de seus conteúdos.

Há ainda algumas características que temos de destacar: o cenário político brasileiro é clientelista - troca de algo por apoio político - e conservador, e isso é refletido na administração dos meios de comunicação, Liedtke (2003, p. 48) diz que “Independente do regime político, quer seja autoritário ou democrático o Estado desenvolve mecanismos de controle sobre os meios de comunicação”.

Assim, entendemos porque em 2020 o narrador de uma partida entre Brasil e Peru, mandou um “abraço especial” ao antigo presidente e porque foi uma portaria da própria EBC em 2019 que permitiu a unificação da TV Nacional do Brasil (NBR), que tinha função de informar sobre o Executivo, à TV Brasil (TUROLLO JR, 2022).

“O envolvimento do governo brasileiro com os meios de comunicação desdobrava-se no controle sobre os mesmos, coincidindo com o aumento de investimentos no setor” (LIEDTKE, 2003, p.49), no ano de 2021, de janeiro a outubro, a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República pagou à EBC 14 milhões e 600 mil reais, recurso disposto a transmissões institucionais, uma diferença

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de 12 milhões e 800 mil reais ao valor pago também pela Secom para a veiculação legal de campanhas publicitárias em todo o ano de 2021.

Bolsonaro aproveitou a oportunidade dessa fusão, garantindo uma superexposição, vinculada a eventos religiosos e aos militares, grupos que em sua maioria, apoiavam seu governo e desejavam sua reeleição. Segundo informações da EBC contidas no Dossiê Censura e Governismo (2022), houve um aprofundamento do uso político da TV Brasil, de agosto de 2021 a julho de 2022, foram 274 eventos que ocuparam a grade pública por 192 horas, 58 minutos e 18 segundos de forma ilegal. Esse período coincide com a intensificação da campanha pela reeleição em pleno exercício do mandato presidencial.

Bolsonaro não apenas atacou a EBC do ponto de vista estratégico ao estimular que fosse entregue ao capital privado, ele também a descaracterizou do ponto de vista de sua utilidade pública. O interesse público, que é premissa legal para empresas estatais foi deslocado, e em seu lugar entrou a personificação em que a figura pessoal do presidente passou a ter mais centralidade do que qualquer outra temática.

A manchete da revista Veja a seguir comprova isso:

Presidente transforma a EBC na 'TV do Bolsonaro', com audiência zero

Depois de muito criticar a 'TV do Lula' e prometer privatizá-la, político alcançou patamares inéditos de personalismo com a TV Brasil

Por Reynaldo Turolo Jr. Atualizado em 20 jan 2022, 23h34 - Publicado em 22 jan 2022, 08h00



SPEREXPOSIÇÃO - O capítulo no ar: entradas ao vivo tornaram-se comuns no ano passado e custaram mais que campanhas de interesse público. (J.Reprodução)

Figura 1 - Manchete “Presidente transforma a EBC na ‘TV do Bolsonaro’, com audiência zero”

Fonte: Veja online, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o debate e pesquisa efetuados, entendemos que o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro era privatista e personalista. Desde o início dele, o mandatário federal prometeu o fechamento da Empresa Brasil de Comunicação, mas quando pôde chegar até ela se aproveitou, se promoveu e muito investiu em marketing pessoal. Percebemos que a perseguição à EBC foi uma falácia de governo, ele muito criticou e amedrontou a empresa pública, mas apenas como jogo político, visto que o seu maior opositor é um defensor ferrenho da integridade da empresa de comunicação. O ex-presidente não estava interessado na empresa pública enquanto porta voz de uma comunicação imparcial e desprovida de interesses mercantis como ocorre no setor privado; o que lhe interessava era o potencial de uso político de um veículo de imprensa em que ele não tivesse que lidar com perguntas embaraçosas dada a subordinação institucional de seus funcionários.

Ao contrário dele, o governo do atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, promove que a EBC continue de pé, funcionando e lucrando. O seu discurso e prática institucional fomenta uma maior valorização da empresa federal, afinal, a EBC foi uma criação do seu primeiro mandato na presidência do país no segundo mandato, e está ativa até os dias de hoje.

Já sobre as políticas públicas de comunicação observamos que para atender melhor o cenário atual de comunicação brasileiro elas precisam ser reformuladas apreciando as mudanças globais em comunicação, a tecnologia desenvolvida e a sociedade no nosso país. Ademais, as questões de controle de mídia, os oligopólios e trapaças da lei.

É necessário regulamentar para cessar essas condições que somente favorecem um pequeno grupo que tem o capital concentrado e detém o poder social, pois sabemos que as grandes mídias influenciam decisivamente as massas.

Possibilitar esse quadro é importante para uma comunicação mais democrática que abrange todos os grupos sociais, em seus anseios e deveres. Se respeitada essa

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

nova perspectiva de regulamentação poderá até se tornar realidade a ação de complementaridade entre o público, privado e estatal e não apenas a prevalência do mercantil com consequente sucateamento do estatal.

REFERÊNCIAS

ALCURI, Gabriela; LUGON, Julia; CARVALHO, Letícia; ZÔRZO, Nathalia. **O Relatório MacBride – História, importância e desafios**. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas. 2012. Disponível online. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

BRASIL. **Constituição**. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 de Maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações Sociais**. 5. Ed.; Brasília: MARE, 1997. 74p. v. 2.

BRASIL. **Lei federal nº11.652, de 07 de abril de 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em: 14 de Maio de 2023.

CARTACAPITAL. **Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório**. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>>. Acesso em: 17 de Maio de 2023.

Censura - 4ª edição do Dossiê de Censura e Governismo na EBC. 2022. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Dossie-Censura-e-Governismo-EBC-4a-Edicao-FINAL.pdf>>. Acesso em: 14 de Maio de 2023.

CORSI, Francisco Luiz. **O plano real: um balanço crítico (1994-1998)**. IN: DELROIO, Marcos (org.). Globalização e dimensões da crise brasileira. Marília-SP: cadernos da FFC-Unesp-Marília-Publicações, 1999, 13-28.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

EBC. **Histórico**, 2021. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>>. Acesso em: 14 de Maio de 2023.

EBC. **Sobre a EBC**, 2016. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/arquivo/sobre-a-ebc>>. Acesso em: 14 de Maio de 2023.

GARCIA, Gustavo. **Lula diz que, se eleito, não vai 'abdicar do patrimônio público' e desaconselha compra de estatais**. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/02/lula-diz-que-se-eleito-vai-rediscutir-privatizacoes-de-estatais-feitas-por-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 16 de Maio de 2023.

LIEDTKE, Paulo Fernando. **Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil**. Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, 2003, p. 39-69. Disponível online. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

MARTELLO, Alexandre. **Guedes diz que governos têm 'fetiche' por estatais e volta a defender privatizações**. G1, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/01/guedes-diz-que-governos-tem-fetichismo-por-estatais-e-volta-a-defender-privatizacoes.ghtml>>. Acesso em: 15 de Maio de 2023.

NETTO, Miguel Rodrigues. **Lei de Concessões, hegemonia midiática e cidadania em tempos neoliberais**. *IN: ALMEIDA, Cristóvão Domingos (Org.). Comunicação, migrações e cidadania*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019, 135-152.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão**. In, Revista de Administração Pública. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro, 2008, p. 303-325. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6634/5218>>. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Empresa Brasil de Comunicação - EBC: **Visão geral dos vínculos dos servidores**. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos/20415-empresa-brasil-de-comunicacao>>. Acesso em: 15 de maio de 2022

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



RODRIGUES NETTO, Miguel. **O discurso empresarial e a legitimação do golpe: uma análise político-jornalística da revista exame.** *IN:* PINTO, Aroldo José Abreu et al (Orgs.). *Pesares, pensares e ações: educação, literatura, filosofia e outros olhares para o contemporâneo.* São Paulo: Editora FAEF, 2018, 41-59.

TUROLLO JR. Reynaldo. **Presidente transforma a EBC na 'TV do Bolsonaro', com audiência zero.** *Veja,* 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/presidente-transforma-a-ebc-na-tv-do-bolsonaro-com-audiencia-zero>>. Acesso em: 17 de Maio de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

